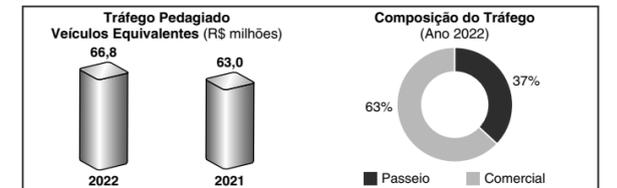


### Relatório da Administração

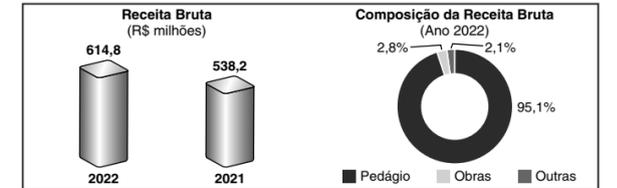
Atendendo às disposições legais e estatutárias, a Administração da Concessionária de Rodovias do Interior Paulista S.A. ("Sociedade" ou "Intervias") submete à apreciação de seus investidores e do mercado em geral o Relatório da Administração relativo ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2022. **Contexto do Negócio e Atividade:** A Sociedade iniciou suas operações em 18 de fevereiro de 2000 com o objetivo exclusivo de explorar, sob o regime de concessão, o sistema constituído pela Malha Rodoviária de Ligação entre Itapira, Mogi Mirim, Limeira, Piracicabana, Conchal, Araras, Rio Claro, Casa Branca, Porto Ferreira, São Carlos, Cordeirópolis e Santa Rita do Passa Quatro, com extensão de 375,7 km de rodovias, compreendendo a execução, gestão e fiscalização de serviços delegados, que correspondem às funções operacionais de conservação e de ampliação, os serviços complementares, que correspondem às funções necessárias para manter o serviço adequado em todo o sistema rodoviário e de apoio aos serviços não delegados, ou seja, aqueles de competência exclusiva do Poder Público. O prazo de concessão é de 20 anos, contados da data de recebimento do controle do sistema rodoviário existente. Através do Termo Aditivo e Modificativo ("TAM") nº 14/06, datado de 21 de dezembro de 2006, foi autorizado pela Agência Reguladora de Transporte do Estado de São Paulo ("ARTESP"), o reequilíbrio da adequação econômico-financeiro do contrato de concessão. Esse reequilíbrio foi concedido através da prorrogação do prazo da concessão por mais 95 meses sem alteração do valor do ônus fixo. Diante disso, o período de exploração da concessão foi prorrogado para 16 de janeiro de 2028. Em decorrência da deliberação do Conselho Diretor da ARTESP, no uso de suas atribuições legais, aprovou a inclusão no cronograma físico-financeiro do contrato de concessão, a implantação de marginais e dispositivo de retorno no distrito industrial de Itapira – km 46+250 – Leste/Oeste. O reequilíbrio econômico-financeiro decorrente da referida inclusão, apurado de acordo com a metodologia de fluxo de caixa marginal, foi de R\$1.053, em valor presente líquido. O prazo estimado de prorrogação contratual para a recomposição do desequilíbrio é de dois meses e quinze dias, passando o período de exploração da concessão a ser até 1 de abril de 2028. Extinta a concessão, retornam ao Poder Concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados à exploração do sistema rodoviário. A Sociedade terá direito a indenização correspondente ao saldo não amortizado ou depreciado dos bens ou investimentos, cuja aquisição ou execução, devidamente autorizada pelo Poder Concedente, tenha ocorrido nos últimos 5 anos do prazo de concessão. A economia da região é baseada na atividade agroindustrial, sendo a região a principal na produção de açúcar e álcool no Brasil. Atualmente, a Sociedade opera nove praças de pedágio localizadas ao longo da malha viária sob sua concessão com as seguintes características:

Nome Praça	Localização	Tarifa (R\$)
Pirassununga	SP 330/km 215	9,70
Leme	SP 330/km 181+760	9,70
Rio Claro	SP 191/km 59	4,20
Araras	SP 191/km 27+500	8,50
Engenheiro Coelho	SP 147/km 91+300	10,90
Mogi Mirim	SP 147/km 52	9,60
Itacemópolis	SP 147/km 127,200	7,40
Santa Cruz das Palmeiras	SP 215/km 65,550	7,80
Descalvado	SP 215/km 104,400	7,90

**Eventos Relevantes – Reajuste tarifário:** Em 7 de julho de 2022, a ARTESP publicou no Diário Oficial do Estado de São Paulo ("DOE-SP") a deliberação para implementar, de maneira imediata, medidas necessárias para reequilibrar os contratos das concessionárias afetadas pela decisão anterior do Governo do Estado de São Paulo, publicada no Termo Aditivo Modificativo ("TAM") Coletivo nº 02/2022 em 30 de junho de 2022, o TAM Coletivo tem por objetivo, de manter, temporariamente, o valor vigente das tarifas de pedágio das Concessões de 1ª e 2ª Etapa do Programa de Concessões do Estado de São Paulo, desta forma, não foi autorizado a aplicação dos reajustes das tarifas de pedágio previstos e garantidos contratualmente, a partir do dia 01 de julho de 2022. As soluções englobam: (i) a implementação do reajuste tarifário até o final do exercício de 2022, considerando a variação do respectivo indexador tarifário contratual referente ao exercício 2021-2022 no momento determinados pelos Contratos de Concessão, (ii) o pagamento a serem realizados pelo Poder Concedente de uma indenização financeira bimestral equivalente ao valor da perda tarifária, a ser calculada pela ARTESP até o 25º dia de cada mês, os pagamentos às Concessionárias afetadas deverão ser realizados até que o reajuste tarifário ocorra, e seja repassado às tarifas de pedágio, o que deverá ocorrer até o dia 16 de dezembro de 2022, e (iii) a adoção de medidas para celebração dos termos aditivos dos contratos com as concessionárias, a fim de formalizar estas definições. O desequilíbrio econômico-financeiro será mensurado a partir da diferença entre o montante de receita bruta de pedágio auferido e o montante que teria sido arrecadado caso as tarifas tivessem sido reajustadas pelo índice contratual, qual seja, variação acumulada do Índice Geral de Preços ao Mercado ("IGPM") para o período de junho 2021 a junho 2022, cujo resultado foi de 10,72%. Em 14 de dezembro de 2022, por meio de publicação do DOE-SP, o Conselho Diretor da ARTESP, diante dos elementos de instrução do feito, que fundamentam a presente, delibera nos seguintes termos: Autoriza: (i) o reajuste do valor da Base Tarifária Quilométrica para a Concessionária Intervias com percentual de 10,72% baseados na evolução do IGPM, entre junho/2021 e maio/2022, para vigorar a partir da zero hora do dia 16 de dezembro de 2022. **Fato Relevante:** Em 20 de setembro de 2022, foi celebrado entre a Concessionária de Rodovias do Interior Paulista S.A. ("Sociedade" ou "Intervias"), e o Estado de São Paulo, por intermédio da Secretaria de Logística e Transportes ("Poder Concedente" e, se em conjunto com a Concessionária, "Partes"), com a interveniência e anuência da ARTESP, o Acordo-Preliminar conforme TAM Preliminar nº 03/2022. O Acordo-Preliminar tem como objetivo estabelecer as premissas para a celebração de um novo e subsequente TAM da Intervias, "TAM Definitivo", em até 120 dias (rerratificação contratual em processo de assinatura, qual altera o prazo de 120 para 210 dias), a contar da assinatura do Acordo-Preliminar, que, por sua vez, terá por finalidade o encerramento das discussões judiciais a respeito da anulação dos TAMs firmados em 2006 e o equacionamento de passivos e ativos regulatórios envolvendo as concessionárias Intervias, Vianorte, Autovias e Centrovias, sendo que os contratos de concessão dessas três últimas já foram encerrados em 2018, 2019 e 2020, respectivamente. A Sociedade informa que será estabelecido um encontro de contas específico dos créditos e débitos recíprocos atrelados a demais valores discutidos em processos administrativos, não relacionados ao recálculo dos TAMs 2006. O crédito regulatório em favor do Poder Concedente ensejará um pagamento a ser realizado pela Intervias por meio de um desconto na tarifa de pedágio para usuários das cabines automáticas. Parte do crédito regulatório em favor das Concessionárias será reequilibrado mediante prorrogação do prazo do contrato de concessão da Intervias, o qual se estenderá até 31 de dezembro de 2039. A prorrogação do prazo do contrato de concessão da Intervias, por sua vez, ensejará a inclusão de investimentos para manutenção dos níveis de serviço, exclusivamente para conservação especial do pavimento, além da aquisição de veículos, equipamentos e sistemas vinculados à operação da concessionária. O Acordo será operacionalizado em duas etapas, quais sejam: (i) na primeira etapa, o Acordo Preliminar, que ora se celebra; e (ii) na segunda etapa será celebrado o TAM Definitivo, segundo os cálculos realizados pela ARTESP e premissas definidas no acordo preliminar. Com a assinatura do TAM Definitivo serão equacionados, permanentemente, todos os créditos recíprocos entre Poder Concedente e as concessionárias que foram elencados no Acordo. A Sociedade ressalta que divulgará os números finais quando da celebração do TAM Definitivo, após a ARTESP confirmar os cálculos. Os valores ainda constituem uma estimativa, pendente de revisão da ARTESP. **Desempenho Econômico-Financeiro – Tráfego:** O tráfego pedagiado totalizou 66,8 milhões de veículos equivalentes em 2022, 6,0% maior do que no exercício de 2021, refletindo a melhora no cenário da pandemia indicando retomada da atividade econômica. A composição do tráfego pedagiado (medida em veículos equivalentes) em 2022 foi de 63% de veículos pesados e 37% de veículos leves.



**Receita:** A receita bruta da Sociedade, composta por receita de pedágio, receita de obras e outras receitas acessórias, totalizou R\$ 614,8 milhões em 2022, com aumento de 14,2% em relação aos R\$ 538,2 milhões registrados em 2021.



A receita de pedágio registrou aumento de 16,2%, passando de R\$ 502,9 milhões em 2021 para R\$ 584,5 milhões em 2022, justificado principalmente pelo acréscimo no tráfego pedagiado e em razão do reconhecimento por meio de provisão da receita de pedágio relativa à diferença da tarifa não reajustada no mês de julho de 2022 recebidas do poder concedente conforme TAM Coletivo nº 02/2022, e pelo reajuste da tarifa de pedágio considerado a partir de 16 de dezembro de 2022, cujo as tarifas foram reajustadas pela variação acumulada do IGPM para o período de junho 2021 a maio 2022, cujo resultado foi de 10,72%. A receita de obras provenientes da realização de investimentos no intangível, registrou queda de R\$ 5,3 milhões, passando de R\$ 22,5 milhões em 2021 para R\$ 17,2 milhões em 2022, reflexo da conclusão da obra do Sistema de Drenagem da SP-147 km 82, e pelo andamento das obras de manutenção de pavimento, realizadas de acordo com o cronograma de obras, como também, devido a finalização da sinalização horizontal da rodovia. As receitas de obras são influenciadas principalmente pelo cronograma de obras constante no contrato de concessão. A contrapartida desta receita de igual montante está demonstrada na rubrica de Custo dos Serviços de Construção, eliminando seu efeito no resultado. As receitas acessórias, oriundas da exploração da faixa de domínio, totalizaram R\$ 13,2 milhões 2,6% maior que em 2021. Esse aumento é justificado pelo reajuste anual dos contratos de receita acessória pelo IGPM, bem como pela revisão dos valores dos contratos para passagem de fibra ótica pela faixa de domínio das rodovias. No ano de 2022 a Sociedade obteve uma receita líquida de R\$ 563,7 milhões, R\$ 69,9 milhões acima do ano de 2021, justificadas pelas informações já citadas acima.

R\$ milhões	2022	2021	Var. %
Custos dos serviços de construção	(17,2)	(22,5)	-23,6%
Serviços de terceiros	(13,0)	(12,2)	6,6%
Pessoal	(41,0)	(41,1)	-0,2%
Provisão para manutenção de rodovias	(50,4)	(44,6)	13,0%
Conservação	(20,5)	(17,0)	20,6%
Custos com o poder concedente	(12,0)	(10,6)	13,2%
Seguros e garantias	(3,0)	(2,2)	36,4%
Consumo	(3,8)	(3,7)	2,7%
Outros	(12,3)	(7,0)	75,7%
<b>Custos e despesas</b>	<b>(173,2)</b>	<b>(160,9)</b>	<b>7,6%</b>

Os custos e despesas (excluindo depreciações e amortizações) aumentaram 7,6% em 2022 em comparação ao exercício de 2021. A variação de R\$ 12,3 milhões é justificada pelos seguintes fatores: **■** Redução de R\$ 5,3 milhões com os custos de serviços de construção devido a conclusão da obra do Sistema de Drenagem da SP-147 km 82, como também, devido a finalização da sinalização horizontal da rodovia e pela realização a menor nas obras de manutenção de pavimento que são realizadas de acordo com o cronograma de obras; **■** Aumento de R\$ 5,8 milhões em Provisão de Manutenção devido a readequação do cronograma das intervenções; **■** Aumento de R\$ 3,5 milhões em Conservação devido a alteração no escopo em função ao reajuste pelo IGPM aplicado nos contratos de conserva de rotina. Cabe ressaltar que o custo dos serviços de construção, registrado em função da adoção do ICPC01, tem como contrapartida receita de obras equivalente, não impactando o resultado da Sociedade.

**EBITDA e EBITDA Ajustado**

R\$ milhões	2022	2021	Var. %
Receita líquida	563,7	493,9	14,1%
(-) Custos e despesas (excl. deprec. e amortização)	(173,2)	(160,9)	7,6%
<b>EBITDA 1</b>	<b>390,5</b>	<b>333,0</b>	<b>17,3%</b>
(+) Provisão para manutenção de rodovias	50,4	44,6	13,0%
<b>EBITDA Ajustado 2</b>	<b>440,9</b>	<b>377,6</b>	<b>16,8%</b>

1 EBITDA (Earnings before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization): medida de desempenho operacional dada pelo Lucro antes dos Juros, Impostos, Depreciação e Amortização (LAJIDA). O EBITDA não é medida utilizada nas práticas contábeis e também não representa fluxo de caixa para os períodos apresentados, não devendo ser considerado como alternativa ao fluxo de caixa na qualidade de indicador de liquidez. O EBITDA não tem significado padronizado e, portanto, não pode ser comparado ao EBITDA de outras sociedades.

2 Considera os ajustes relativos a reversões da provisão p/ manutenção de rodovias (pronunciamento contábil ICPC 01). A Sociedade entende que o EBITDA ajustado é a melhor representação da sua geração de caixa operacional uma vez que a provisão para a manutenção é um item significativo que não possui efeito caixa na demonstração do resultado do exercício. O EBITDA encerrou o ano de 2022 em R\$ 390,5 milhões, com um aumento de 17,3% em relação ao ano anterior. Essa variação foi gerada pelo aumento da receita pedágio e receitas acessórias em maior proporção ao aumento observado em custos e despesas. O EBITDA Ajustado, excluindo os efeitos da provisão de manutenção em rodovias advindas da adoção do ICPC-01, encerrou o ano de 2022 em R\$ 440,9 milhões, apresentando uma melhora de 16,8% pelos mesmos motivos citados no parágrafo anterior.

**Resultado Financeiro**

R\$ milhões	2022	2021	Var. %
Receitas Financeiras	157,8	66,2	138,4%
Despesas Financeiras	(195,1)	(104,4)	86,9%
<b>Resultado Financeiro Líquido</b>	<b>(37,3)</b>	<b>(38,2)</b>	<b>-2,4%</b>

O resultado financeiro líquido de 2022 foi negativo em R\$ 37,3 milhões, 2,4% menor quando comparado ao ano de 2021. Os principais fatores que contribuíram para esse resultado foram: **■** As receitas financeiras apresentaram um aumento de 138,4%, que correspondeu a R\$ 91,6 milhões. Este aumento deve-se principalmente em função de maiores receitas financeiras relativas ao reconhecimento dos juros referente aos contratos de debêntures públicas celebrados com a Controladora Arteris, e pela variação positiva dos indicadores financeiros IPCA e CDI, como também, das aplicações financeiras; **■** As despesas financeiras apresentaram um aumento de R\$ 90,7 milhões na comparação com o exercício de 2021, esse aumento é justificado principalmente pelo aumento dos indicadores como IPCA e CDI, dos quais os contratos das debêntures públicas estão atrelados e com isso impactam no aumento das despesas com juros, compensados pelos pagamentos de principal e juros sobre os contratos da 5ª emissão séries 2, 3 e 4, e dos contratos da 7ª emissão série única e 8ª emissão série única de debêntures públicas realizados no período. Outro fator que contribuiu para a elevação das despesas financeiras foi a nova captação de debêntures públicas realizada em maio de 2021 no montante de R\$500 milhões. **Lucro Líquido:** Em 2022, a Sociedade registrou lucro líquido de R\$ 175,8 milhões. A melhora de R\$ 39,7 milhões do EBITDA em 2022 em relação a 2021 impulsionado principalmente por maiores receitas de pedágio, compensados pelo aumento de R\$ 4,4 milhões nos custos com amortização e pela pequena melhora do resultado financeiro de R\$ 0,9 milhão. Em função dos fatores mencionados acima o lucro líquido apresentou um aumento de R\$ 39,7 milhões quando comparado ao ano anterior.



R\$ milhões	31/12/2022	31/12/2021	Var. %
<b>Dívida Bruta</b>	<b>1.333,7</b>	<b>1.546,8</b>	<b>-13,8%</b>
Curto Prazo	256,5	250,5	2,4%
Longo Prazo	1.077,2	1.296,3	-16,9%
Disponibilidades e aplicações financeiras 1	(138,7)	(523,4)	-73,5%
<b>Dívida Líquida</b>	<b>1.195,0</b>	<b>1.023,4</b>	<b>16,8%</b>

Em 31 de dezembro de 2022, o endividamento bruto totalizou R\$ 1.333,7 milhões, apresentando uma redução de R\$ 213,1 milhões (13,8%) em relação ao ano anterior. A redução é devida pelos pagamentos de principal e juros dos contratos da 5ª emissão séries 2, 3 e 4, e dos contratos da 7ª emissão série única e 8ª emissão série única de debêntures públicas realizados no período, além das variações nos índices financeiros atrelados às dívidas. Vale ressaltar, que ocorreu em maio de 2021 a contratação da 8ª emissão de Debêntures no valor de R\$500 milhões que impactou na variação da dívida bruta. O endividamento líquido (composto por dívida bruta menos caixa, equivalentes de caixa, aplicações financeiras e aplicações financeiras vinculadas), encerrou o ano de 2022 em R\$ 1.195,0 milhões, representando um aumento de 16,8% em relação ao ano de 2021. O grau de alavancagem, medido pela equação dívida líquida/EBITDA Ajustado – Ônus Fixo (últimos 12 meses) ficou em 2,71x. **Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio:** Durante o ano de 2022, o Conselho de Administração da Sociedade aprovou os pagamentos de dividendos e de juros sobre capital próprio, abaixo representada:

Exercício	Proventos em dinheiro	Deliberado em	Pagamento em	Valor
2020	Dividendos	30/04/2021	04/02/2022	89,8 Milhões
2021	Dividendos	13/04/2022	14/04/2022	102,1 Milhões
2021	Dividendos	13/04/2022	20/10/2022	26,7 Milhões
2022	Dividendos	19/10/2022	20/10/2022	66,0 Milhões
2020	Juros Sobre Capital Próprio	31/12/2020	20/01/2022	2,3 Milhões
2021	Juros Sobre Capital Próprio	31/03/2021	20/01/2022	2,3 Milhões
2021	Juros Sobre Capital Próprio	30/06/2021	20/01/2022	1,8 Milhões
2022	Juros Sobre Capital Próprio	31/03/2022	20/10/2022	4,7 Milhões
2022	Juros Sobre Capital Próprio	30/06/2022	20/10/2022	4,1 Milhões

**Investimentos:** Durante o ano de 2022, foram investidos R\$ 69,3 milhões, sendo R\$ 21,3 milhões em ativos imobilizados e intangíveis em cumprimento ao cronograma de investimentos do contrato de concessão e R\$ 48,0 milhões com obras e serviços de manutenção e conservação da rodovia, dos quais destacamos: **■** Implantação de Terceira Faixa na rodovia SP-191 no trecho do km 30+680 ao km 31+930 – Pista Leste; **■** Adequação do Sistema de Drenagem localizado no km 82+353 da SP 147; **■** Manutenções e recuperações programadas de pavimento flexível. Em 2022 a concessionária iniciou as obras de Faixa Adicional localizada na SP-191 e as tratativas do reequilíbrio referente a Dispositivo localizado na SP-191 e SP-215, além da conclusão de vários pontos de Sinistros localizados ao longo da Rodovia. **Recursos Humanos:** A seguir evolução do quadro de pessoal e índice de rotatividade.

	2022	2021
Empregados diretos	462	460
Rotatividade	1,75%	1,24%

No que concerne a diversidade, apresentamos um indicador com participação de 41,0% de mulheres, contra 59,0% de homens. A base de formação educacional do efetivo de pessoal é o Ensino Médio Completo (antigo Segundo Grau), com 80,1% dos empregados. Vale mencionar que 15,9% possuem superior completo. Ao longo de 2022, a Sociedade buscou capacitar seus profissionais com a realização de treinamentos. No total, tais atividades envolveram 37.519 horas de treinamento, o que corresponde, em média, a 81,21 horas de treinamento por profissional. **Sustentabilidade:** A Agenda ESG (sigla em inglês para as dimensões Ambiental, Social e Governança) compõe os orientadores estratégicos da Arteris e fundamentam as tomadas de decisão da companhia, considerando a análise de impactos ambientais, sociais e de governança reais e potenciais de sua atuação. Por meio de iniciativas, indicadores e metas em diversas frentes, a agenda orienta a promoção de uma gestão voltada à geração de valor compartilhado. Importantes avanços nessa Agenda foram registrados em 2022, com a implantação de projetos que contribuem cada vez mais para o caminho do desenvolvimento sustentado.

### Balancos Patrimoniais em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de reais – R\$)

Ativo	Nota explicativa	31/12/2022	31/12/2021	Passivo e Patrimônio Líquido	Nota explicativa	31/12/2022	31/12/2021
<b>Circulante</b>				<b>Circulante</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	5	89.020	364.881	Debêntures	11	256.450	250.456
Aplicações financeiras	5	49.722	158.477	Fornecedores	12	13.943	10.662
Contas a receber	6	33.674	29.578	Arrendamento mercantil a pagar	12	3.966	2.466
Contas a receber e outros recebíveis – partes relacionadas	13	1.327	766	Obrigações sociais	17	7.039	6.629
Despesas antecipadas		1.694	1.316	Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro	15	17.030	14.932
Impostos a recuperar		454	862	Obrigações fiscais federais	15	3.620	2.071
Adiantamentos a fornecedor		3	5	Obrigações fiscais municipais	15	2.929	2.564
Outros créditos		1.063	1.120	Contas a pagar – partes relacionadas	13	3.921	3.849
<b>Total dos ativos circulantes</b>		<b>176.957</b>	<b>557.000</b>	Caupções contratuais		5.601	4.920
				Dividendos propostos	13 e 18	–	26.727
<b>Não Circulante</b>				Credores pela concessão	16	1.006	933
Impostos a recuperar		53.491	35.376	Provisão para manutenção em rodovias	17.b	113	1.640
Debêntures a receber – partes relacionadas	13	923.962	821.317	Juros Sobre o Capital Próprio (JSCP)	13	6.353	6.335
Despesas antecipadas		419	11	Outras contas a pagar		2.526	3.026
Depósitos judiciais	17.a	116	199	<b>Total dos passivos circulantes</b>		<b>324.497</b>	<b>337.210</b>
Outras contas a receber	6	49	273	<b>Não Circulante</b>			
<b>Total do ativo realizável a longo prazo</b>		<b>978.037</b>	<b>857.176</b>	Debêntures	11	1.077.244	1.296.292
				Arrendamento mercantil a pagar	12	31.314	31.600
<b>Investimentos</b>				Imposto de renda e contribuição social diferidos	7.b	2.626	3.709
Direito de uso	8	33.151	33.023	Riscos cíveis, trabalhistas, fiscais e regulatórios	17.a	2.550	1.643
Imobilizado	9	5.163	4.327	<b>Total dos passivos não circulantes</b>		<b>1.113.734</b>	<b>1.333.244</b>
Intangível	10	490.111	562.760	<b>Total do passivo</b>		<b>1.438.231</b>	<b>1.670.454</b>
Infraestrutura em construção	10	2.331	3.558	<b>Patrimônio Líquido</b>			
		530.756	603.668	Capital social	18	129.625	129.625
<b>Total dos ativos não circulantes</b>		<b>1.508.793</b>	<b>1.460.844</b>	Reserva legal		25.925	25.925
<b>Total do Ativo</b>		<b>1.685.750</b>	<b>2.017.844</b>	Dividendo adicional proposto		91.969	191.840
				<b>Total do patrimônio líquido</b>		<b>247.519</b>	<b>347.390</b>
				<b>Total do Passivo e Patrimônio Líquido</b>		<b>1.685.750</b>	<b>2.017.844</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

### Demonstrações do Resultado para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de reais – R\$, exceto o lucro por ação básico e diluído)

	Nota explicativa	31/12/2022	31/12/2021		Nota explicativa	31/12/2022	31/12/2021
<b>Receita Operacional Líquida</b>	19	563.730	493.878	<b>Despesas financeiras</b>	21	(195.069)	(104.414)
<b>Custo dos Serviços Prestados</b>	20	(236.315)	(225.374)			(37.267)	(38.229)
<b>Lucro Bruto</b>		<b>327.415</b>	<b>268.504</b>	<b>Lucro Operacional antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social</b>		<b>256.791</b>	<b>202.528</b>
<b>(Despesas) Receitas Operacionais Gerais e administrativas</b>	20	(34.002)	(28.437)	<b>Imposto de Renda e Contribuição Social</b>		<b>–</b>	<b>–</b>
Outras receitas/despesas operacionais líquidas		645	690	Correntes	7.a	(82.094)	(67.236)
		(33.357)	(27.747)	Diferidos	7.a e 7.b	1.083	816
<b>Lucro Operacional antes do Resultado Financeiro</b>		<b>294.058</b>					





... continuação das Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022		31/12/2021	
			Valor Justo	Contábil	Valor Justo	Contábil
Imposto de renda retido na fonte – IRRF	605	40				
Programa de integração social – PIS	474	301				
Contribuição para financiamento da seguridade social – COFINS	2.189	1.389				
Tributos federais retidos	352	341				
	<b>3.620</b>	<b>2.071</b>				
<b>Total impostos federais</b>	<b>20.650</b>	<b>17.003</b>				
Impostos municipais						
Impostos sobre serviços – ISS	2.929	2.564				
<b>Total</b>	<b>23.579</b>	<b>19.567</b>				
<b>16. Credores pela Concessão</b> – Refere-se ao valor do ônus da concessão, devidos ao Departamento de Estradas de Rodagem – DER/SP pela outorga da concessão, ajustado a valor presente. O valor do ônus da concessão foi liquidado em 240 parcelas mensais e consecutivas, tendo sido paga a primeira parcela em fevereiro de 2000 e a última em janeiro de 2020. O montante é reajustado pela mesma fórmula e nas mesmas datas em que o reajustamento foi efetivamente aplicado às tarifas de pedágio, com vencimento no último dia útil de cada mês. Dessa maneira, o montante da obrigação foi determinado conforme segue:						

	Valor presente	Valor real em (*)				
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021		
Circulante	1.006	933	1.006	933		
Parcela variável (ab)						
	<b>1.006</b>	<b>933</b>	<b>1.006</b>	<b>933</b>		

(\*) Valores reais atualizados até a data de encerramento do exercício, inseridos somente como informação adicional.

(a) Valor variável correspondente a 1,5% da receita bruta de pedágio e acessórias mensal. Em 14 de dezembro de 2013, o Conselho Diretor da ARTESP prorrogou por prazo indeterminado a autorização concedida para retenção e desconto de 50% do valor devido a título de outorga variável (o que corresponde ao pagamento de 1,5% sobre as receitas da Sociedade).

(b) Valor variável complementar correspondente a 22,0% das receitas mensais acessórias efetivamente obtidas, com vencimento até o último dia útil do mês subsequente. O valor pago pela Sociedade no decorrer dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 ao Poder Concedente foram respectivamente de R\$11.936 e de R\$10.514 de parcela variável.

**17. Provisões** – a) **Riscos cíveis, trabalhistas, fiscais e regulatórios:** A movimentação do saldo dos riscos cíveis, trabalhistas, fiscais e regulatórios durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 é conforme segue:

	31/12/2022	Adições	Reversões	Pagamentos	Encargos	31/12/2022
Cíveis	1.457	1.797	(40)	(1.745)	98	1.567
Trabalhistas	186	614	(129)	(401)	10	280
Regulatório	–	4.655	(1.093)	(3.151)	292	703
Fiscal	–	–	–	–	–	–
<b>Total</b>	<b>1.643</b>	<b>7.066</b>	<b>(1.262)</b>	<b>(5.297)</b>	<b>400</b>	<b>2.550</b>
	31/12/2020	Adições	Reversões	Pagamentos	Encargos	31/12/2021
Cíveis	1.731	1.877	(447)	(1.704)	–	1.457
Trabalhistas	680	163	(80)	(577)	–	186
Regulatório	–	73	–	(73)	–	–
Fiscal	–	27	–	(27)	–	–
<b>Total</b>	<b>2.411</b>	<b>2.140</b>	<b>(527)</b>	<b>(2.381)</b>	<b>–</b>	<b>1.643</b>

As principais movimentações nos processos cíveis referem-se a indenizações a terceiros. Na esfera trabalhista, em sua maioria referem-se a processos de responsabilidade solidária sobre contratações de terceiros em obras da Sociedade. No regulatório, os principais movimentos referem-se a processos judiciais relativos a ARTESP. Periodicamente a Sociedade realiza revisões técnicas e jurídicas nesses processos, visando avaliar e mensurar os potenciais riscos existentes. Adicionalmente, a Sociedade é parte em processos ainda em andamento, advindos do curso normal de suas operações, classificados como de risco possível de perda por seus advogados, para os quais não foram constituídas provisões. Tais processos estão representados conforme segue:

	31/12/2022	31/12/2021				
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021		
Cíveis	2.019	2.002				
Trabalhistas	257	353				
Regulatório	8.197	1.431				
Fiscal	3.036	2.839				
<b>Total</b>	<b>13.509</b>	<b>6.625</b>				

Os processos possíveis classificados como cíveis decorrem em sua maioria da operação da rodovia, os principais tratam de ações referentes a acessos a rodovia, faixa de domínio, objetos e animais na pista, etc. Os depósitos judiciais no montante de R\$116 (R\$199 em 31 de dezembro de 2021), classificado no ativo não circulante, referem-se a discussões judiciais para as quais R\$98 (R\$134 em 31 de dezembro de 2021) há provisão registrada, por se tratar de prognóstico provável, os demais não há provisão registrada, em virtude de o respectivo risco ser classificado como possível ou remoto. b) **Provisão para manutenção em rodovias:** A provisão para manutenção é calculada com base nos fluxos de caixa futuros estimados descontados a valor presente pela taxa de desconto de 6,03% a.a. em 31 de dezembro de 2022 e 5,33% a.a. em 31 de dezembro de 2021, considerando os valores da próxima intervenção, de acordo com o contrato de concessão o ciclo é de 5 anos. A movimentação do saldo da provisão para manutenção durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 é conforme segue:

	31/12/2022	31/12/2021				
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021		
Cíveis	2.019	2.002				
Trabalhistas	257	353				
Regulatório	8.197	1.431				
Fiscal	3.036	2.839				
<b>Total</b>	<b>13.509</b>	<b>6.625</b>				

Saldo em 31/12/2021

	Circulante	Não circulante	Total
Adições/Reversões	1.640	–	1.640
Utilizações	(52.021)	–	(52.021)
Ajuste a valor presente	67	–	67
<b>Saldo em 31/12/2022</b>	<b>113</b>	<b>–</b>	<b>113</b>

	31/12/2022	31/12/2021				
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021		
Cíveis	3.494	3.494				
Trabalhistas	44.644	44.644				
Regulatório	(46.594)	(46.594)				
Fiscal	96	96				
<b>Total</b>	<b>1.640</b>	<b>1.640</b>				

Em relação ao período de 95 meses adicionado ao contrato de concessão da Intervias através do TAM nº 14/06, os investimentos e manutenções para tal período ainda dependem de definição e aprovação da ARTESP, bem como do estabelecimento do devido equilíbrio econômico e financeiro ao contrato de concessão. Os pagamentos efetuados no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 referentes às manutenções realizadas foram de R\$47.960 (R\$44.633 em 31 de dezembro de 2021).

**18. Patrimônio Líquido** – a) **Capital Social:** O capital social subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 é de R\$129.625, compostos por 4.763.110 ações ordinárias e sem valor nominal. Cada ação tem direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral. b) **Reservas de lucros e distribuição de dividendos:** Reserva legal e retenção de lucros: O estatuto social da Sociedade prevê que o lucro líquido do exercício, após a destinação da reserva legal, na forma da lei, poderá ser destinado a reserva para riscos cíveis, trabalhistas e fiscais, retenção de lucros prevista em orçamento de capital a ser aprovado pela Assembleia Geral de Acionistas ou reserva de lucros a realizar, observado o Artigo 198 da Lei nº 6.404/76. **Distribuição de dividendos:** O estatuto social da Sociedade prevê a distribuição de, no mínimo, dividendo obrigatório de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

	31/12/2022	31/12/2021				
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021		
Lucro líquido do exercício	175.780	136.108				
Base de cálculo	175.780	136.108				
Dividendos estatutários obrigatórios	25%	25%				
<b>Total</b>	<b>43.945</b>	<b>34.027</b>				
Dividendos antecipados	65.995	26.727				
Juros sobre capital próprio	17.816	7.300				
Dividendos adicionais propostos	91.969	102.081				
	<b>175.780</b>	<b>136.108</b>				
Número de ações durante o exercício	4.763	4.763				
Dividendos por ação distribuído	17.5963	7.1440				
Dividendos por ação proposto	19.3090	21.4321				
<b>Dividendo por ação</b>	<b>36.9053</b>	<b>28.5761</b>				

Em 19 de outubro de 2022 foi celebrado a ata da Reunião do Conselho de Administração ("RCA") da Sociedade, que aprovou a distribuição do montante de R\$65.995 na forma de dividendos intermediário mínimo obrigatório relativo ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2022. **Juros sobre o capital próprio:** O limite máximo para determinação dos juros sobre o capital próprio é definido com base no patrimônio líquido da Sociedade, usando a Taxa de Juros de Longo Prazo – TJLP, estabelecida pelo governo brasileiro e, conforme exigência legal, limitado a 50% do lucro líquido do próprio exercício, o que for maior. Adicionalmente, conforme permitido pela Lei nº 9.249/95, esse montante, que está abaixo do valor apurado com base nos parâmetros definidos por lei, foi considerado dedutível para fins de Imposto de Renda. No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, a Sociedade distribuiu dividendos antecipados para a forma de juros sobre o capital próprio, o qual inclui Imposto de Renda Retido na Fonte – IRRF, conforme segue:

Aprovação	Período	Pagamento	Valor Bruto	Valor IR (15%)	Valor Líquido
AGE	1º Trimestre	20/10/2022	5.561	834	4.727
AGE	2º Trimestre	20/10/2022	4.782	717	4.065
AGE	3º Trimestre	(*)	3.784	568	3.216
AGE	4º Trimestre	(*)	3.689	553	3.136
			<b>17.816</b>	<b>2.672</b>	<b>15.144</b>

(\*) Saldos líquidos ainda não pagos no montante de R\$6.353, conforme demonstrado nas notas explicativas nº 13 e 22.

31/12/2022		31/12/2021		31/12/2022		31/12/2021	
Nível	Mensuração (*)	Contábil	Valor Justo	Contábil	Valor Justo	Contábil	Valor Justo
Caixa e equivalentes de caixa	Nível 2	1	89.020	89.020	364.881	364.881	
Aplicações financeiras	Nível 2	1	49.722	49.722	158.477	158.477	
Contas a receber clientes	Nível 2	2	33.674	33.674	29.578	29.578	
Contas a receber e outros recebíveis – partes relacionadas	Nível 2	2	1.327	1.327	766	766	
Debêntures a receber – partes relacionadas	Nível 2	2	923.962	923.962	821.317	821.317	
Outros créditos	Nível 2	2	1.115	1.115	1.393	1.393	
			<b>1.098.820</b>	<b>1.098.820</b>	<b>1.376.412</b>	<b>1.376.412</b>	
Passivo							
Juros sobre capital próprio a pagar	Nível 2	2	6.353	6.353	6.353	6.353	

	Taxa de juros (média ponderada) efetiva % a.a.		Valor contábil	Total	2 meses ou menos	2 a 12 meses	1 a 2 anos	2 a 4 anos	5 anos ou mais
Arrendamento mercantil a pagar		9,61%	35.280	35.280	638	3.328	5.713	951	24.650
Debêntures – CDI		13,54%	1.169.130	1.512.905	18.445	31.000	408.859	774.601	–
Debêntures – IPCA		12,43%	164.564	201.833	–	5.995	98.723	97.715	–
Fornecedores e caução contratuais		–	19.544	19.544	12.744	2.752	4.048	–	–
Contas a pagar – partes relacionadas		–	3.921	3.921	–	3.921	–	–	–
Credores pela concessão		–	1.006	1.006	1.006	–	–	–	–
Outras contas a pagar		–	2.526	2.526	–	2.526	–	–	–
			<b>1.395.971</b>	<b>1.777.015</b>	<b>32.833</b>	<b>328.922</b>	<b>517.343</b>	<b>873.267</b>	<b>24.650</b>

**26. Informações por Segmento de Negócio** – Os segmentos operacionais devem ser identificados com base nos relatórios internos a respeito dos componentes da Sociedade, regularmente revisados pela Diretoria da Administração da Sociedade, principal tomador de decisões operacionais, para alocar recursos ao segmento e avaliar seu desempenho. Como forma de gerenciar seus negócios tanto no âmbito financeiro como no operacional, a Sociedade classificou seus negócios como exploração de concessão pública de rodovias, sendo este o único segmento de negócio. A área geográfica de concessão da Sociedade é dentro do território brasileiro e as receitas são provenientes de cobrança de tarifa de pedágio dos usuários das rodovias (clientes externos).

**27. Garantias e Seguros** – A Sociedade, por força contratual, mantém regularizadas e atualizadas as garantias que cobrem a execução das funções de ampliação e conservação especial e das funções operacionais de conservação ordinária da malha rodoviária e o pagamento da parcela fixa do ônus da concessão, quando aplicável. Adicionalmente, por força contratual e política interna de gestão de riscos, a concessionária mantém vigentes apólices de seguros de riscos operacionais, riscos de engenharia e de responsabilidade civil, para garantir a cobertura de danos decorrentes de riscos inerentes às suas atividades, tais como perda de receita, destruição total ou parcial das obras e bens que integram a concessão, além de danos materiais e corporais aos usuários, todos de acordo com os padrões internacionais para empreendimentos dessa natureza. Em 31 de dezembro de 2022, as coberturas de seguros são resumidas como segue:

Modalidade	Riscos cobertos	Limites de indenização
Todos os riscos	Riscos patrimoniais/perda de receita (*)	180.000
	Responsabilidade civil	38.665
Garantia	Garantia de execução do Contrato de Concessão	306.101

(\*) Por sinistro

Conselho de Administração		Diretoria		Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis	
Sergio Moniz Barreto Garcia Conselheiro	Flávia Lúcia Mattioli Tâmega Conselheira	Roberto Paolini Conselheiro			
André Giavina Bianchi Diretor Executivo de Operações	Helvécio Tamm de Lima Filho Diretor de Operações	Simone Aparecida Borsato Diretor Financeiro e de Relações com Investidores	Giane Luza Zimmer Freitas Diretora de Assuntos Regulatórios	Luiz Marcelo de Souza Diretor de Manutenção	Alexandre Pscheidt CRC nº SC 026.791/O-5-T-SP

**Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis**

Aos Administradores e Acionistas da **Concessionária de Rodovias do Interior Paulista S.A.** Araras-SP

**Opinião:** Examinamos as demonstrações contábeis da Concessionária de Rodovias do Interior Paulista S.A. ("Sociedade") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da Concessionária de Rodovias do Interior Paulista S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

**Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Sociedade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

**Principal assunto de auditoria:** Principal assunto de auditoria é aquele que, em nosso julgamento profissional, foi o mais significativo em nossa auditoria do exercício corrente. Esse assunto foi tratado no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esse assunto.

**Reconhecimentos dos custos capitalizados no ativo da concessão:** Veja as notas explicativas 3(i), 4.1.2 e 10 das demonstrações contábeis. **Principal assunto de auditoria:** Em 31 de dezembro de 2022, a Sociedade reconheceu adições no montante de R\$ 3.616 mil referente a infraestrutura em construção que estão sendo realizadas nas rodovias sob concessão. Conforme IPCP 01/OCPC 05 – Contratos de concessão, os gastos com melhorias ou ampliações da infraestrutura são reconhecidos como ativos uma vez que representam serviços de construção com potencial de geração de receitas, conforme estabelecido no contrato de concessão, enquanto que os gastos com manutenção da infraestrutura são reconhecidos como despesas quando incorridos uma vez que não representam potencial de geração de receita. Consideramos esse assunto como significativo para a nossa auditoria devido a relevância dos valores envolvidos bem à natureza da política contábil relativa ao assunto que tem efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis. **Como auditoria endereçou esse assunto:** Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a: – Avaliação do desenho dos controles internos chaves relacionados com a capitalização dos custos com melhorias ou ampliações de infraestrutura, realizadas pela Sociedade, onde identificamos a necessidade de melhorias nos controles internos, e por esta razão consideramos uma maior extensão em nossos procedimentos substantivos; – Testes documentais, em base amostral, nas adições relacionadas a infraestrutura em construção realizando a: (i) inspeção de contratos de prestações de serviços e/ou notas fiscais que suportam os valores reconhecidos como ativo; e (ii) validações das medições realizadas de acordo com o andamento das obras junto com a área de engenharia. – Avaliação, com base em amostra, da natureza dos gastos capitalizados como infraestrutura em construção, considerando os critérios e requerimentos estabelecidos nos contratos de concessão; e – Avaliação se as divulgações nas demonstrações contábeis consideram as informações relevantes. Com base nas evidências obtidas, por meio dos procedimentos de auditoria acima sumarizados, consideramos aceitáveis os valores capitalizados de gastos com melhorias ou ampliações da infraestrutura, assim como as respectivas divulgações relacionadas, no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto, referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

**Outros assuntos – Demonstração do valor adicionado:** A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, elaborada sob a responsabilidade da administração da Sociedade, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Sociedade. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está reconciliada com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente preparada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e está consistente em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

**Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório dos auditores:** A administração da Sociedade é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

**Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Sociedade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, o não ser que a administração pretenda liquidar a Sociedade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Sociedade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

**Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre

detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: – Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, contornar falsificação, omissão ou representações falsas intencionais – Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Sociedade – Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração – Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Sociedade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Sociedade a não mais se manterem em continuidade operacional. – Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Ribeirão Preto-SP, 16 de fevereiro de 2023.



## MANIFESTO DE ASSINATURAS



Código de validação: 33J34-3YWKP-LB2BC-FVRCX

Esse documento foi assinado pelos seguintes signatários nas datas indicadas (Fuso horário de Brasília):

- ✓ FRANCISCO JORGE ROSA FILHO (CPF 056.898.198-75) em 18/02/2023  
00:08 - Assinado com certificado digital ICP-Brasil

Para verificar as assinaturas, acesse o link direto de validação deste documento:

<https://assinefacil.onlinesolucoesdigitais.com.br/validate/33J34-3YWKP-LB2BC-FVRCX>

Ou acesse a consulta de documentos assinados disponível no link abaixo e informe o código de validação:

<https://assinefacil.onlinesolucoesdigitais.com.br/validate>